



LUCIANA MÜLLER  
lmuller@jj.com.br

### Teto Mac? Não! 1

O secretário de Saúde de Jundiá Wagner Vilela, após apresentação do programa "Saúde em Dia", no Paço Municipal, ontem pela manhã, comentou que o dinheiro pleiteado pelo vereador Wagner Ligabó (PPS), junto ao Ministério da Saúde, em Brasília, nesta semana, para ampliar o Teto Mac do Hospital São Vicente, foi negado. "Não há dinheiro. O que temos de fazer é cortar custos."

### Teto Mac? Não! 2

Ontem, o secretário de Saúde de Jundiá se reuniu com o comitê de crise do Hospital São Vicente para analisar os primeiros dados da situação. Na próxima semana será feita apresentação pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) sobre as medidas que serão adotadas no hospital para atender à necessidade de corte do orçamento. Fontes não oficiais dão conta de que o custo pode ser reduzido pela metade.

### Carnaval x Saúde

Com a economia de mais de R\$ 1 milhão com a não realização do Carnaval 2017 em Jundiá, a administração conseguiu remanejar cerca de R\$ 1,1 milhão para bancar exames necessários para a rede básica. Com o montante, segundo dados divulgados na coletiva de imprensa de ontem, serão realizados mais de 423 mil exames entre análises clínicas, ultrassom, tomografia, radiografia e doppler.

### Pichação 1

Dez dias antes do mais recente ato de vandalismo no monumento tombado, Ponte Torta, em 18 de janeiro, o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) promulgou a lei 8.747, que altera a lei 3.461/89, sobre responsabilização em casos de vandalismo e depreciação de propriedades públicas e monumentos tombados. A multa chega a 240 Unidades Fiscais do Município (UFMs), que pode totalizar R\$ 37.821,60.

### Pichação 2

Além da multa, o custo para o reparo do bem também será cobrado dos autores. Em caso de menores, o prejuízo recai aos pais ou responsáveis. A iniciativa, no entanto, não intimidou grupo de pichadores, que, no dia 31 de janeiro, depredou a Ponte Torta, com pintura de dizeres em preto, em uma das bases do monumento, que foi restaurado em 2015. O local também foi alvo de outros atos de vandalismo, no ano passado.

### Sala vip

A transmissão da temporada de 2017 dos principais campeonatos de futebol está assegurada para os deputados federais. A Câmara assina nos próximos dias a renovação do pacote de mais de 700 pontos de TV por assinatura em gabinetes de parlamentares e de servidores, com destaque para o ponto 'premium' na sala VIP contígua ao plenário, o chamado 'cafezinho' dos parlamentares. "Mínimo de 195 canais de TV, com pelo menos 50 canais em HD. Programação variada que englobe canais de notícias, de documentários e de filmes.

### ► EXECUTIVO DE JUNDIAÍ

Projeto deve ser votado antes do final do mês; além da redução no número de cargos, servidores serão alçados

# Reforma corta 125 comissionados e vai economizar R\$ 10 milhões

LUCIANA MÜLLER  
lmuller@jj.com.br

A esperada reforma administrativa do Executivo de Jundiá será apresentada na próxima semana. O texto reduz 125 cargos comissionados dos atuais 451, o que contempla corte de cerca de 30% e uma economia de aproximadamente R\$ 10 milhões aos cofres públicos. Das vagas remanescentes, a expectativa é que 30% delas serão preenchidas com servidores de carreira.

Segundo o secretário de Finanças e Orçamento, José Antonio Parimoschi, o custo da folha de comissionados com os 451 cargos é de R\$ 54,7 milhões/ano. "Essa redução implicará em uma economia de R\$ 10 milhões aos cofres", detalha.

Até ontem, a gestão de Luiz Fernando Machado (PSDB) havia nomeado cerca de 100 pessoas para cargos comissionados - parte é formada por servidores de carreira.

"O projeto será apresentado na Câmara e será amplamente debatido. O que sobrar com a economia,



ECONOMIA Luiz Fernando Machado afirma que redução no custo da folha de pagamento será direcionada para a Saúde

que será substancial, irá para a Saúde", comentou o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), pouco depois da coletiva de imprensa para anunciar o programa "Saúde em Dia", no Paço Municipal, na manhã de ontem (Leia mais em Cidades 4).

As nomeações de servidores de carreira para cargos comissionados de diretoria ou assessoria já têm acontecido desde os primeiros dias de governo. Saúde, por exemplo, está sendo gerida por servidores públicos concursados. O mesmo

acontece na pasta de Finanças e Orçamento.

Segundo o secretário de Finanças e Orçamento, além da redução no número de cargos, também haverá modificações na nomenclatura e nos rendimentos e adicionais que eram oferecidos.

"Os salários, que tinham acréscimo de 40%, por conta do nível superior, terão esse percentual acrescido diretamente", detalha.

Até então, os cargos comissionados nível 4 (CC4) têm salários de R\$ 3.933,79, contudo, quem era lotado em CC4, mas contava com nível superior, ganhava R\$ 40% adicional, ou seja, R\$ 1.573,51 a mais. Com a reforma, os comissionados deste nível, que passarão a ser denominados DAC 4 (Direção, Assessoramento e Chefia) passarão a receber R\$ 5.507,31. O menor salário entre os DACs será de R\$ 3.142,10, para DAC 5.

### Tramitação

O presidente da Câmara de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), afirma que, após a chegada do projeto de lei à Casa, será necessário um tempo para a análise do jurídico e das comissões antes de ser apresentado para votação. "Acredito que a votação aconteça antes da semana do Carnaval. A intenção é não convocar uma extraordinária para apreciar o projeto", adianta o tucano.

### ► APÓS SILÊNCIO

# Temer chama de 'ilegal' motim de policiais no ES

Uma após o início da onda de violência no Espírito Santo, que deixou até o momento 121 pessoas mortas, o presidente Michel Temer rompeu o silêncio e se pronunciou nesta sexta-feira (10) pela primeira vez sobre o motim da Polícia Militar. Em nota divulgada pela Presidência da República, o governo federal chamou o movimento de "paralisação ilegal" e de "comportamento inaceitável" e disse que o di-

reito à reivindicação "não pode tornar o povo brasileiro refém".

A reação tardia do presidente também ocorreu no massacre em um presídio no Amazonas, em janeiro, quando o peemedebista demorou três dias para se pronunciar sobre a morte de 56 pessoas.

"O estado de direito não permite esse tipo de comportamento inaceitável. O presidente conchama aos grevistas que retornem ao traba-

lho como determinou a Justiça e que as negociações transcorram dentro do mais absoluto respeito à ordem e à lei, preservando o direito e as garantias do povo que paga o salário dos servidores públicos", disse.

O Palácio do Planalto também informou que o presidente acompanha "desde os primeiros momentos" o ocorrido no Espírito Santo e que determinou o envio de 2.000 homens das Forças

Armadas e da Força Nacional "para reestabelecer a lei e a ordem".

"O presidente tem se informado todos os dias com o governador Paulo Hartung (PMDB) e vai fazer todos os esforços para que o Espírito Santo retorne à normalidade o quanto antes. Agirá da mesma forma sempre que necessário, em todos os locais onde for preciso", disse.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, viaja

para Vitória neste sábado (11) para discutir com o governo do Espírito Santo formas usadas em outros Estados para acabar com o motim de policiais militares e seus familiares.

Nesta sexta-feira (10), o governo estadual informou que 703 policiais foram indiciados por revolta, crime militar que prevê pena de 8 a 20 anos de prisão. Os secretários estaduais e os familiares não chegaram a um acordo.

### ► MOREIRA FRANCO

# TRF-2 mantém nomeação, mas tira direito a foro privilegiado

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) manteve nesta sexta-feira a nomeação de Moreira Franco como ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, no entanto tirou o direito à prerrogativa do foro privilegiado. A decisão é do juiz federal convocado Alcides Martins Ribeiro Filho, que atua na Sexta Turma Especializada do Tribunal. O mérito da questão, quando os desembargadores dão um posicionamento final sobre o tema, deverá ser julgado na próxima sessão do órgão colegiado, na semana que vem. Moreira, porém, continua afastado do cargo devido à liminar concedida pelo juiz Anselmo Gonçalves da Silva, da 1ª Vara Federal da Macapá, da qual a Advocacia-Geral da União já recorreu.

A juíza Regina Coeli Formisano, da 6ª Vara Federal do Rio, havia concedido liminar ontem em que suspendia a nomeação de Moreira Franco, acolhendo uma ação popular. Moreira Franco foi citado na Lava-Jato e, com a nomeação do presidente Michel Temer, passaria a ter foro privilegiado e só poderia ser in-

vestigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A decisão do TRF-2 ocorreu depois que a Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu contra a decisão da juíza. Em sua decisão, Alcides Martins Ribeiro Filho entendeu que são cabíveis as suspeitas de que a recriação da Secretaria-Geral da Presidência da República, que havia sido extinta no ano passado, teve por objetivo garantir ao ministro nomeado o direito à prerrogativa de foro. O juiz, então, concluiu que o alegado desvio de finalidade do ato administrativo pode ser evitado com a determinação de que, mesmo assumindo o ministério, Moreira Franco permaneça sem a prerrogativa de foro.

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a nomeação de Moreira poderá ser tomada ou na noite desta sexta-feira, ou somente na segunda-feira. Antes de tomar a decisão, o relator do caso, ministro Celso de Mello, decidiu ontem pedir informações ao presidente Michel Temer sobre o assunto. Foi dado prazo de 24 horas. Esse prazo ainda

não começou a contar. O ministro assinou a decisão somente na tarde desta sexta-feira. O oficial de justiça ainda vai entregar a notificação no Palácio do Planalto. Somente a partir do momento que o documento for entregue é que começa a contar o prazo.

Serão julgadas duas ações do PSOL e da Rede pedindo a anulação da nomeação, por entender que Moreira foi indicado com o único propósito de dar a ele direito ao foro privilegiado. Ele é um dos citados na delação da Odebrecht, que faz parte da Operação Lava-Jato. "Entendo, por razões de prudência, e apenas para efeito de apreciação do pedido cautelar, que se impõe ouvir, previamente, o Senhor Presidente da República, para que se manifeste", escreveu o ministro na quinta-feira à noite.

A decisão de Celso de Mello colocará um ponto final no vaivém de liminares. Desde quarta-feira, já houve três decisões suspendendo a nomeação do peemedebista e uma permitindo que ele retornasse ao posto. (Das Agências)

### Voos atrasam por pane no avião com Aécio

Os voos no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, tiveram atraso de cerca de 15% em relação ao total de operações realizadas desde a zero hora até as 14h desta sexta-feira (10). Entre os voos nacionais e internacionais foram contabilizadas 176 chegadas das quais 26 atrasaram e duas tiveram cancelamento. Já o número de partidas alcançou 160, com 24 atrasos e nenhum cancelamento. Segundo a concessionária GRU Airport, que administra o terminal, os atrasos acima da média foram consequência do fechamento de uma das pistas entre as 22h30 de quinta (9) e as 9h desta sexta (10), onde ocorreu o pouso de emergência da aeronave que transportava o senador Aécio Neves, de Brasília para São Paulo. O avião contratado pelo PSDB, que pertence à empresa Líder Aviação, sofreu uma pane no trem de pouso. Aécio e dois tripulantes que ocupavam a aeronave não ficaram feridos. (F.P.)

### MP faz denúncia contra Eike e Sérgio Cabral

O empresário Eike Batista e o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), foram denunciados nesta sexta-feira (10) pelo Ministério Público Federal (MPF) em razão das investigações da Operação Eficiência, deflagrada em janeiro.

Outras sete pessoas foram alvos das acusações da procuradoria por corrupção e lavagem de dinheiro. É a terceira denúncia contra o ex-governador.

Além dos dois, foram denunciadas a ex-primeira-dama Adriana Ancelmo, Wilson Carlos, Carlos Emanuel Miranda, Flávio Godinho, Luiz Arthur Andrade Correia e os irmãos Renato e Marcelo Chebar. Eike Batista é acusado de pagar propina de US\$ 16,5 milhões ao ex-governador, por meio da conta Golden Rock, no TAG Bank do Panamá. Os recursos foram transferidos por meio de um contrato considerado fraudulento de intermediação de venda de uma mina de ouro. (F.P.)